

Assédio Sexual e Moral no Brasil: violência contra as mulheres

Rosa Negra¹

1.Introdução

O assédio sexual e o assédio moral são formas de violência contra as mulheres que, apesar de sua gravidade, muitas vezes são banalizadas ou silenciadas. No Brasil, essas práticas refletem uma cultura patriarcal e racista que perpetua a desigualdade de gênero e raça, normalizando a violência de diversas formas. Mulheres negras e periféricas são as principais vítimas, vivendo uma realidade de discriminação interseccional que agrava ainda mais sua vulnerabilidade.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, mais de 50% das mulheres relataram já ter sofrido algum tipo de assédio sexual ao longo da vida, e as mulheres negras e indígenas enfrentam taxas desproporcionalmente maiores de violência. Esses números alarmantes revelam a urgência de discutir o problema e de adotar medidas eficazes para proteger as mulheres, especialmente as mais vulneráveis.

Este artigo visa explorar o assédio sexual e moral sob a perspectiva de violência contra as mulheres, com um enfoque interseccional, analisando suas formas, consequências e o cenário legal brasileiro voltado para o enfrentamento dessas práticas.

2.O que é Assédio Sexual e Moral?

O assédio sexual consiste em comportamentos de natureza sexual não desejados, que podem variar desde comentários inapropriados até contato físico forçado. No Brasil, o Código Penal define o assédio sexual como o ato de

¹ Técnica em Alimentação escolar pelo Instituto Federal de Rondônia - IFRO. Funcionária pública estadual. Coordenadora Nacional e Estadual do Movimento Negro Unificado - MNU/RO. Secretaria de Gênero e Etnia do SINTERO. Secretaria de Combate ao Racismo CUT/RO. Endereço eletrônico: rosanegra537@gmail.com. Contato: (69) 99984-5123.

“constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual” (Art. 216-A), tipificando-o como crime, especialmente no ambiente de trabalho. Já o assédio moral refere-se à exposição de uma pessoa a situações vexatórias, repetitivas e prolongadas, que visam humilhar, ridicularizar ou diminuir o valor de uma pessoa em seu ambiente de trabalho, social ou familiar.

Ambas as formas de assédio têm um viés de poder: geralmente são perpetradas por alguém em uma posição de autoridade ou por quem se sente no direito de exercer controle ou domínio sobre a vítima. Essa relação de poder é um dos aspectos centrais na dinâmica de violência de gênero e raça, já que as mulheres, especialmente as negras, indígenas e periféricas, frequentemente ocupam posições mais vulneráveis nessas estruturas hierárquicas.

A interseccionalidade entre gênero e raça revela que mulheres negras sofrem discriminação dupla: além de serem objetificadas sexualmente, enfrentam o racismo estrutural, o que as expõe a níveis mais severos de assédio sexual e moral. Estudos indicam que mulheres negras são mais frequentemente vítimas de assédio em espaços públicos, como transportes e locais de trabalho, onde sua dignidade e sua competência são constantemente questionadas.

3. Impactos do assédio na vida das Mulheres

Os impactos do assédio sexual e moral na vida das mulheres são profundos e abrangentes, especialmente quando considerados sob o prisma da interseccionalidade de raça e gênero. Em nível psicológico, o assédio pode causar transtornos como depressão, ansiedade, estresse pós-traumático e síndrome do pânico. As vítimas, frequentemente, sofrem duplamente, pois, além do impacto da violência em si, enfrentam o estigma social, sendo muitas vezes desacreditadas ou culpabilizadas.

Além dos efeitos psicológicos, o assédio impacta a vida profissional das mulheres, particularmente as mulheres negras. A sobrecarga emocional combinada com a discriminação racial faz com que as mulheres negras e periféricas enfrentem mais dificuldades para progredir em suas carreiras e obtenham menos apoio institucional. O medo constante de ser assediada ou humilhada compromete o

desempenho profissional, levando à queda de produtividade e, em muitos casos, à desistência de cargos de liderança ou à saída do mercado de trabalho.

No âmbito social, o isolamento também é uma consequência comum. Mulheres que sofrem assédio, especialmente mulheres negras e de baixa renda, são mais propensas a se afastar de atividades sociais, uma vez que sua presença é frequentemente marginalizada ou vistas com estereótipos negativos. Além disso, o assédio em espaços públicos, como ruas ou transportes coletivos, reduz a mobilidade das mulheres e limita seu acesso a oportunidades e lazer.

4.O Cenário Legal Brasileiro e Políticas Públicas

O Brasil possui um arcabouço legal importante para o enfrentamento ao assédio sexual e moral, mas, na prática, ainda existem muitos desafios na aplicação dessas leis. A Lei nº 10.224, de 2001, acrescentou o artigo 216-A ao Código Penal, que criminaliza o assédio sexual, com pena de um a dois anos de detenção. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) é um instrumento crucial na proteção das mulheres, oferecendo medidas protetivas em casos de violência doméstica e familiar, além de prever políticas de prevenção e apoio às vítimas.

Nos últimos anos, também foi promulgada a Lei Carolina Dieckmann (Lei nº 12.737/2012), que surgiu a partir do vazamento de fotos íntimas da atriz e trouxe avanços significativos no combate aos crimes virtuais contra a honra e a dignidade das mulheres. A lei tipifica crimes cibernéticos, como a divulgação não autorizada de conteúdo íntimo, que afetam principalmente as mulheres, ampliando a proteção contra novas formas de violência no ambiente digital.

Entretanto, um dos maiores obstáculos é a subnotificação. Mulheres negras, periféricas e LGBTQIA+ têm ainda mais dificuldades em denunciar casos de assédio, devido ao receio de serem desacreditadas ou de sofrerem represálias no trabalho e na comunidade. Uma pesquisa do Datafolha em 2019 mostrou que 42% das mulheres não denunciavam assédio sexual por medo de perder o emprego ou por desconfiança nas instituições.

Além das legislações, políticas públicas voltadas para a educação e a conscientização sobre assédio são fundamentais. Campanhas de conscientização,

treinamentos em empresas e programas de apoio psicológico para as vítimas são essenciais para mudar a cultura de violência de gênero no Brasil. Projetos voltados para a capacitação de mulheres negras e indígenas em cargos de liderança, aliados à educação de jovens sobre respeito e igualdade, são iniciativas necessárias para combater a violência interseccional.

Considerações

O assédio sexual e moral no Brasil configura uma grave violação dos direitos humanos e uma expressão da violência de gênero e raça que afeta milhares de mulheres todos os anos. Embora o país tenha avançado na criação de legislações que criminalizam essas práticas, a aplicação efetiva dessas normas ainda enfrenta barreiras na cultura do silêncio, no medo de retaliação e na falta de políticas públicas mais inclusivas.

A transformação dessa realidade exige uma abordagem integrada, que envolva a conscientização social, o fortalecimento das redes de apoio às vítimas, e políticas educacionais que promovam o respeito às mulheres, especialmente às mulheres negras, indígenas e periféricas. Além disso, o combate à violência digital, por meio de legislações como a Lei Carolina Dieckmann, deve ser fortalecido para enfrentar novas formas de assédio em ambientes virtuais. Somente com a promoção de uma cultura de igualdade de gênero e raça será possível garantir um futuro mais justo e seguro para todas as mulheres.